

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.087 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 8 DE MAIO DE 2000



Proposta original foi apresentada em agosto do ano passado pelo senador Antonio Carlos Magalhães

Fundo contra a pobreza vai a Plenário

PÁGINA 3



Roberto Requião propõe normas que podem ampliar audiência da TV Câmara e da TV Senado

Projeto de lei facilita acesso à TV Senado

PÁGINA 3



Líderes governistas acreditam que o Congresso votará na quarta-feira a medida provisória que aumentou o mínimo de R\$ 136 para R\$ 151

Congresso Nacional deve votar na quarta o novo salário mínimo

Em sessão convocada para as 19 horas, os senadores e deputados federais vão retomar a discussão da medida provisória que elevou para R\$ 151 o piso salarial em vigor no país

COMISSÕES

PEÃO DE RODEIO PODERÁ SER EQUIPARADO A ATLETA PROFISSIONAL

PÁGINA 5



Eduardo Suplicy quer questionar o presidente do Banco Central sobre o Proer

ARMÍNIO FRAGA EXPLICA NA CAE PREJUÍZOS DO BC

PÁGINA 4

O Congresso vai apreciar nesta quarta-feira a medida provisória do salário mínimo. O assunto foi discutido por quase seis horas no último dia 26, mas não houve deliberação porque as lideranças do governo esvaziaram o Plenário para negar o *quorum* mínimo necessário à votação.

Dessa vez, líderes governistas consideram possível votar a MP, que já foi aprovada na comissão mista especial que estuda a questão.

PÁGINA 5

CCJ aprecia financiamento público de campanhas

Comissão de Justiça do Senado analisa, também, três projetos que alteram o atual processo eleitoral – dois modificam as listas fechadas e abertas na eleição proporcional e outro dispõe sobre a inelegibilidade dos candidatos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se na quarta-feira, às 10h, para apreciar projeto que dispõe sobre o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e estabelece, ainda, critérios de distribuição dos recursos aos partidos. De autoria do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) e outros, a proposta estabelece que as dotações orçamentárias,

nos anos em que se realizarem eleições, terão como valor base R\$ 7 por eleitor listado pela Justiça Eleitoral até 31 de dezembro do ano anterior.

A CCJ analisa também três projetos que modificam o atual processo eleitoral. Dois modificam as listas fechadas e abertas na eleição proporcional, e outro dispõe sobre a inelegibilidade dos candidatos.

Na mesma reunião, a comissão deve votar duas propostas de emenda constitucional. A primeira assegura recursos mínimos para o financiamento de ações e serviços públicos de saúde. A segunda destina 3% do Fundo Constitu-



Projeto de Machado disciplina dotação da Justiça Eleitoral

cional de Financiamento do Norte (FNO) para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo da regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas agências financeiras de caráter regional.

A CCJ, presidida

pelo senador Agripino Maia (PFL-RN), vota ainda os seguintes projetos: o que regulamenta o uso de informações em bancos de dados sobre a pessoa e disciplina o rito processual do *habeas data*; o que dispõe sobre o comércio eletrônico; e o que cria o programa de financiamento a profissionais liberais destinado a formandos das universidades das regiões Norte e Nordeste.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 8 DE MAIO DE 2000

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: primeiro dia de discussão, em primeiro turno da PEC nº 61/99, que dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição Federal; PLS nº 620/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de transmissão, pelas prestadoras de serviço de televisão por assinatura, da TV Senado e TV Câmara; PDL nº 114/99, que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Radiodifusora de Congonhas para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Congonhas (MG); PDL nº 191/99, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Catanduva para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Catanduva (SP); e PDL nº 207/99, que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Sagrado Coração de Jesus de União da Vitória para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de União da Vitória (PR).

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: tramitação conjunta das PECs nº 67/99 (votação nominal), que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e nº 96/99 (votação nominal), que institui o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e a Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira; segundo dia de discussão, em primeiro turno da PEC nº 61/99, que dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição Federal; PDL nº 115/99, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Nossa Senhora do Socorro para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Socorro (SP); PDL nº 146/99, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Central do Triângulo Mineiro para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Monte Alegre de Minas (MG); PDL nº 222/99, que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Princesa para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Francisco Beltrão (PR); e Requerimento nº 208/2000, do senador Jefferson Péres, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 160/98 e 99/2000, por regularem a mesma matéria.

19h — Sessão conjunta do Congresso Nacional destinada à apreciação da MP sobre o salário mínimo.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceiro dia de discussão, em primeiro turno da PEC nº 61/99, que dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição Federal; PDL nº 64/99, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Mococa para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mococa (SP); PDL nº 103/99, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Patrocínio para explorar serviço de radiodifusão

sonora em frequência modulada na cidade de Patrocínio (MG); PDL nº 209/99, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Pirassununga para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pirassununga (SP); e Requerimento nº 209/2000, do senador Ramez Tebet, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 2 e 21, de 2000, por regularem a mesma matéria.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

9h — Comissão de Ética destinada à oitiva da testemunha José Marcion da Silva, servidor do Departamento de Polícia Federal, com vista à instrução da Representação nº 2/99, do senador Luiz Estevão. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: entre outros itens, Mensagem nº 99/2000, que solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 505 milhões, de principal, entre o governo do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), na modalidade de ajuste setorial — Reforma da Previdência Social/segunda fase; PLS nº 53/2000, que cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para as unidades da federação que abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas; PLS nº 454/99, revoga a alínea "d" do inciso XII do art. 9º da Lei nº 9.317/96, que institui o Sistema Integração de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), contra as pessoas jurídicas dedicadas ao ramo da publicidade e propaganda; PLS nº 11/99, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Distrito Federal, a que se refere o artigo 21, XIX, da Constituição Federal, com a redação que foi dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998; PLS nº 28/99, que regulamenta o disposto no inciso XIV, artigo 21, da Constituição Federal, que institui o fundo próprio para a Assistência Financeira do Distrito Federal.

17h — Audiência pública com o presidente do Banco Central, Arminio Fraga, e o diretor da instituição, Carlos Eduardo de Freitas, sobre as causas dos prejuízos que o BC vem apresentando nos últimos anos; os fluxos financeiros entre a autoridade monetária e o Tesouro Nacional; a Cédula de Crédito Bancário, e a provável responsabilidade do BC no crescimento do passivo do Banco do Estado de Rondônia no período de regime de administração especial temporária, em decorrência da aprovação dos requerimentos de autoria dos senadores Eduardo Suplicy, Pedro Simon e Emandes Amorim. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: entre outros itens, PLS nº 297/99, que institui o sistema de bolsa de estudos para os integrantes das carreiras de policiais federais, civis, militares, dos corpos de bombeiros militares e das forças armadas; PLS nº 250/99, inclua-se o parágrafo 6º ao artigo 26 da Lei nº 9.394/

96, que estabelece as diretrizes e bases para educação nacional, para introduzir a partir da quinta série, noções de Direito Penal; Emendas de Plenário nºs 1 e 2 ao PLS nº 109/95, que dispõe sobre a outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens; PLC nº 52/99, que institui normas gerais relativas à atividade de peão de rodeio, equiparando-se a atleta profissional. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

14h — Comissão Mista dos Bingos

Pauta: votação do relatório. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: entre outros itens, PLS nº 554/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade do atendimento integral para prevenir e tratar a obesidade, no âmbito do Sistema Único de Saúde; PLC nº 64/99, que dispõe sobre a produção de cloro; PLS nº 492/99, modifica o art. 3º da Lei nº 4.771/65, disciplina a supressão parcial da cobertura vegetal para desenvolvimento da aquicultura; PLS nº 557/99, que dispõe sobre o ressarcimento, pelo Sistema Único de Saúde, dos gastos com medicamentos de uso contínuo indisponíveis na rede local do sistema; PLS nº 643/99, que modifica a Lei nº 6.615/78, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de radialista. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 11*

9h — Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a MP nº 1956-49, dá nova redação aos arts. 3º, 16 e 44 da Lei nº 4.771/65, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte norte da região Centro-Oeste. Pauta: votação do relatório. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: entre outros itens, PLS nº 268/99, que dispõe sobre a estruturação e o uso de bancos de dados sobre a pessoa e disciplina o rito processual do *habeas data*; PLS nº 672/99, que dispõe sobre o comércio eletrônico; PEC nº 86/99, que altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde; PLS nº 353/99, que dispõe sobre o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e estabelece critérios objetivos de distribuição dos recursos no âmbito dos partidos; e PLS nº 28/2000, que acrescenta parágrafo 3º-A ao artigo 36 da Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições, e revoga os artigos 323, 324, 325, 326 e 327 da Lei 4.737/65, que institui o Código Eleitoral. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h30 — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: audiência pública para instruir a tramitação do PLS nº 263/99, que altera dispositivos da Lei nº 9.491/97, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, de autoria do senador Álvaro Dias. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

ESPECIAL

Quarta-feira

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: *O que é isso companheiro?*, de Bruno Barreto. *Auditório Petrônio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Morais
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



TVs por assinatura deverão transmitir programação dos canais do Legislativo

É o que prevê projeto do senador Roberto Requião que será votado amanhã no Plenário do Senado

Todas as televisões por assinatura, inclusive as transmitidas por satélite e MMDS, ficarão obrigadas a transmitir a programação da TV Senado e da TV Câmara, se for aprovado amanhã projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) sobre o assunto. Na opinião do parlamentar, isso garantirá que a população veja o que acontece no Legislativo de forma direta, “sem o filtro das grandes agências de notícias e sem o filtro dos interesses dos jornais”.

Com parecer favorável do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) e aprovado na Comissão de Educação, o projeto determina que, utilizando qualquer modalidade de distribuição de sinais, as TVs por assinatura transmitam o que faz o Legislativo. Atualmente, a lei determina que apenas as emissoras de TV a cabo – que contam com 1,7 milhão de assinantes, 60% do total – são obrigadas a transmitir a programação

do Congresso. Ficam fora da obrigatoriedade as televisões por satélite (como DirectTV e Sky) – que têm 905 mil assinantes, 30% do total – e por MMDS, com 295 mil assinantes – 10% do total.

Para Requião, ampliar onde for possível o alcance das TVs do Legislativo “é importantíssimo para a democracia brasileira”. Pelo projeto, essas transmissões deverão ser gratuitas, integrais e simultâneas, sem inserções de qualquer natureza, estando as prestadoras isentas de responsabilidade sobre o conteúdo da programação e sobre o fornecimento de infraestrutura para a produção dos programas.

E as TVs Senado e Câmara ficarão obrigadas a viabilizar, às suas expensas, a entrega dos sinais em nível técnico adequado para sua transmissão. Na opinião de Requião, a transmissão dos trabalhos do Congresso pela



Requião: ampliar onde for possível o alcance das TVs do Legislativo é importante para a democracia

TV a cabo, especialmente a transmissão ao vivo das sessões plenárias e das reuniões das comissões, vem proporcionando um contato diário e direto do maior significado entre os parlamentares e a população.

Para o senador, as TVs do Legislativo deram uma nova dimensão ao Parlamento brasileiro, propiciando a muitos, inclusive aos jornais e rádios do interior, a oportunidade de colher as notícias na fonte e ver realmente como se comportam seus representantes, “sem o filtro imposto pelos interesses que comandam a grande mídia no Brasil”.

Em sua opinião, dessa forma a população vai saber como se comportam seus parlamentares, e será o fim do político que assume uma posição no seu estado e vota contrariamente a essa posição no Senado ou na Câmara. “Sem a inevitável edição imposta pelas grandes redes de televisão comerciais, o Legislativo pode apresentar-se por inteiro, transparente, com seus defeitos e virtudes, ao povo brasileiro”, afirmou ele.

Fundo de Combate à Pobreza está na pauta de quarta-feira

O Senado deve votar na quarta-feira, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que institui o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, para vigorar até 2010 e viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis considerados dignos de subsistência.

Os recursos desse fundo se destinariam a ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas sociais voltados para a melhoria da qualidade de vida da população pobre.

Relatada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e tendo recebido emendas em Plenário, a proposta será votada na forma de substitutivo que cria um conselho consultivo e de acompanhamento do fundo. Nesse substitutivo, Lúcio Alcântara disse ter incorporado prescrições contidas em projeto semelhante elaborado, no ano passado, pela Comissão Mista de Erradicação da Pobreza.

Amanhã começa a discussão, em primeiro turno, de proposta de emenda constitucional do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que permite aos estrangeiros residentes e domiciliados no Brasil, há pelo menos oito anos, votar nas eleições municipais e disputar o mandato de vereador. A proposta não contempla a possibilidade de eles concorrerem ao cargo de prefeito.

Novidade no ordenamento jurídico brasileiro, a mudança torna mais elástico o conceito de soberania popular, mas Álvaro Dias a defende, afirmando que as grandes correntes migratórias do mundo moderno exigem uma alteração no conceito de povo e uma relativização da noção de soberania nacional.

Ele alega que países filiados às mais diferentes tendências jurídicas têm realizado tentativas louváveis de dar ao estrangeiro domiciliado o direito de participação na vida política do município que escolheu para morar. Em sua opinião, os estrangeiros no Brasil se tornam homens de segunda classe por não poderem influenciar as decisões políticas que lhes dizem respeito e não terem poder para assegurar a atenção do governo para as suas necessidades.

Também nesta semana, o Senado delibera sobre projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que obriga as televisões por assinatura, transmitidas a cabo ou por ondas, a transmitir a programação da TV Senado e da TV Câmara. No entender do parlamentar, isso será bom para a democracia, dará mais visibilidade ao trabalho do Parlamento e propiciará ao eleitor pressionar os parlamentares que elegeu.

O Senado vai deliberar ainda sobre a renovação de autorização para o funcionamento das seguintes emissoras: Fundação Radiodifusora de Congonhas (MG); Rádio Difusora de Catanduva (SP); Fundação Sagrado Coração de Jesus, de União da Vitória (PR); Rádio Nossa Senhora do Socorro, de Socorro (SP); Rádio Central do Triângulo Mineiro, de Monte Alegre (MG); Sociedade Rádio Princesa, de Francisco Beltrão (PR); Rádio Clube de Mococa (SP); Rádio Difusora de Patrocínio (MG); e Rádio Difusora de Pirassununga (SP).

Fraga falará amanhã sobre antecipação de royalties

O presidente do Banco Central será recebido na CAE para também debater os prejuízos da instituição durante o ano de 1999

O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, deve retornar à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) amanhã, às 17h, para explicar as operações de antecipações de royalties (comissão contratual para uso de recursos naturais) devidos por empresas estatais a governos estaduais. Fraga, que virá acompanhado do diretor de Finanças Públicas e Regimes Especiais do BC, Carlos Eduardo de Freitas, vai também falar sobre os prejuízos da instituição em 1999. Outro tema a ser tratado serão as possíveis responsabilidades do BC no aumento das dívidas do Banco do Estado de Rondônia (Beron).

Na última quinta-feira, em Plenário, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) condenou o fato de o governo do Paraná estar recebendo da hidrelétrica de Itaipu créditos antecipados, referentes a 20 anos de royalties, pelo uso do lago da represa sem o aval do Senado. Para ele, a Constituição e a Resolução 78/98 determinam que a operação depende da autorização dos senadores. Osmar Dias lembrou ainda que Freitas afirmou, em audiência pública na CAE, que essas antecipações devem ser analisadas pelo Senado.



Armínio Fraga deverá explicar as antecipações feitas por estatais a governos de estado

Os senadores por Sergipe José Eduardo Dutra (PT) e Antonio Carlos Valadares (PSB) também querem que a antecipação de royalties referentes ao petróleo extraído pela Petrobras no seu estado, que está sendo negociada pelo governador Albano Franco, seja examinada pelo Senado. O presidente da CAE, Ney Suassuna (PMDB-PB), sensibilizou-se com a questão levantada por Osmar Dias e decidiu incluir o assunto entre os temas a serem abordados por Fraga na comissão.

Armínio Fraga, que esteve na CAE na última quinta-feira, também vai prestar esclarecimentos,



Osmar Dias condenou o pagamento antecipado dos créditos sem a autorização do Senado

a pedido do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), sobre o déficit do Banco Central ano passado. Para Suplicy, o resultado negativo da instituição deve-se à operação de socorro aos bancos Marka e FonteCindam e ao Programa de Reestruturação do Sistema Financeiro, o Proer.

O aumento das dívidas do Beron deverá ser também discutido por Fraga, segundo requerimento do senador Ernandes Amorim (PPB-RO). Para o parlamentar, a administração do banco pelo BC provocou o aumento da dívida, que está sendo repassado ao estado.

Venda de ações da Petrobras será debatida quarta-feira na CAE

O presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, irá participar quarta-feira, às 10h30, de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre o projeto de lei, do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que exclui a empresa do Programa Nacional de Desestatização. Reichstul também vai prestar esclarecimentos sobre a comercialização de ações da empresa em poder da União, o que, pela proposta do senador pelo Paraná, deve ser proibido.

O projeto já teve parecer aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e está na CAE em caráter terminativo. O relator, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), é favorável à proposta, por considerar a Petrobras uma empresa estratégica para o país.



O presidente da Petrobras, Reichstul, irá esclarecer a comercialização de ações da empresa

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) anunciou que irá questionar Reichstul sobre as alterações na composição acionária da Petroquisa, subsidiária da Petrobras na área petroquímica. Antero e



Álvaro Dias quer excluir a Petrobras do Programa Nacional de Desestatização

Álvaro Dias também acreditam que a venda de ações em poder do governo federal que excedem o mínimo necessário para o controle da empresa pode significar uma privatização disfarçada.

Pedido de empréstimo para a Previdência Social vai ser analisado

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisam na reunião de amanhã, a partir das 10h, a solicitação do governo federal para contratar, junto ao Banco Mundial, empréstimo de US\$ 505 milhões destinados à reforma da Previdência Social. O relator da matéria, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), considera que o Senado deve autorizar a operação e preparou projeto de resolução favorável ao contrato.

Segundo o parlamentar, os recursos não serão utilizados para novos investimentos, mas para o pagamento da dívida externa e a manutenção do nível das reservas internacionais. Tebet informa que o processo foi devidamente instruído, como manda a Resolução 78/98, com pareceres da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do Banco Central, do Tesouro Nacional e da Comissão de Controle e Gestão Fiscal.

Durante a reunião, a CAE, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), irá também analisar outros nove itens, como os pro-

jetos de lei dos senadores Luiz Estevão (PMDB-DF) e José Roberto Arruda (PSDB-DF) que regulamentam o artigo 21 da Constituição, instituindo o Fundo Constitucional de Financiamento do Distrito Federal. O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) apresentou substitutivo "combinando os pontos positivos" das duas propostas, que tramitam em conjunto e em caráter terminativo. Pelo substitutivo, o fundo terá como fonte inicial de recursos o valor previsto no Orçamento de 1999 para a manutenção das áreas de segurança, saúde e educação da capital federal. O Banco de Brasília será, segundo o relatório de Maguito, o gestor dos recursos repassados pelo Tesouro Nacional.

O projeto de lei do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que pretende evitar a venda no Brasil de cigarros e cerveja em lata destinados à exportação também faz parte da pauta da CAE. Para Requião, a comercialização desses produtos no país pode,

de acordo com a legislação fiscal, representar prejuízos na arrecadação de impostos.

— O problema se restringe a produtos exportados para países limítrofes, pois é praticamente impossível evitar a sua reintrodução no país em quantidades que distorcem o mercado interno e causam prejuízos à Fazenda Pública — afirma o relator, senador Edison Lobão (PFL-MA), que sugere a aprovação da proposta em caráter terminativo.

AUTOMÓVEIS

Dois dos projetos que devem ser examinados pelos membros da CAE dizem respeito a seguros de automóveis. Proposta do senador licenciado Eduardo Siqueira Campos (PFL-

TO) obriga as seguradoras a pagarem aos segurados, no caso de perda total, roubo ou furto, o valor constante da apólice. O parecer do senador Luiz Otávio (sem partido-PA) é favorável à aprovação do projeto, em caráter terminativo.

Já proposta do senador Osmar Dias (PSDB-PR) altera a legislação

que institui o seguro obrigatório, introduzindo dispositivos que asseguram o recebimento dos recursos pelos acidentados ou seus familiares. O senador Bello Parga (PFL-MA) recomenda a aprovação do projeto.

— São inúmeros os casos em que ocorrem danos sem que as vítimas exerçam seu direito à indenização. O quadro é agravado pela atuação de advogados inescrupulosos que enganam os clientes embolsando a indenização — afirma Osmar Dias.

A CAE também deve se pronunciar sobre o projeto da senadora Emília Fernandes (PDT-RS) que concede isenção de pedágio em rodovias federais a veículos adaptados para motoristas portadores de deficiência. O relator, senador Lúcio Coelho (PSDB-MS), pede a rejeição da proposta. Ele alega que a isenção "configura fator de rompimento do equilíbrio econômico-financeiro" do contrato assinado entre a União e as concessionárias das rodovias.



O senador Ramez Tebet é favorável ao empréstimo de US\$ 505 milhões à Previdência

Congresso deve votar salário mínimo na quarta

Plenário aprecia parecer que inclui emenda prevendo aumento para o atual valor de R\$ 151 entre janeiro e abril do próximo ano

O Plenário do Congresso Nacional voltará a se reunir na quarta-feira, às 19h, para votar a medida provisória que elevou o salário mínimo de R\$ 136 para R\$ 151 no dia 3 de abril. A convocação foi feita pelo presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, no final da sessão do dia 26 do mês passado, quando a MP foi apreciada pela primeira vez.

A MP chegou a ser discutida por quase seis horas naquele dia, mas não houve votação, porque os líderes dos partidos governistas recomendaram aos seus parlamentares que deixassem o Plenário, evitando *quorum* mínimo de 257 deputados e 41 senadores. Os líderes não tinham segurança se contavam com votos suficientes para aprovar a medida provisória. Esta é a primeira vez desde 1996 que o Congresso se reúne para votar o salário mínimo.

Agora, alguns líderes dos partidos governistas acreditam que poderá haver votação e pelo menos um deles, o líder do PFL na Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PE), afirmou em entrevista à imprensa que pretende recomendar a presença em Plenário, com votação. A mudança de atitude do líder do PFL se deve à aprovação, pela comissão que examinou a MP, de emenda do

deputado Luís Antônio Medeiros (PFL-SP), prevendo que o salário mínimo poderá receber novo reajuste entre janeiro e abril do próximo ano, antes do tradicional 1º de maio.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que defende a fixação de um salário mínimo de US\$ 100, afirmou à Agência Estado na sexta-feira, em Salvador, que não criará obstáculos para o fechamento de acordo entre o PFL e o governo para a votação do mínimo. "Preferia que o PFL insistisse no mínimo de R\$ 180, mas não vou criar dificuldades para o partido fechar um acordo", disse.

Além disso, foi cumprida pela Câmara, na última quarta-feira, a condição estabelecida pela liderança do PSDB de se votar, antes da MP do mínimo, o projeto de lei que permite aos governos de estado fixar pisos salariais estaduais para os setores público e privado. A con-

dição foi anunciada, em discurso, pelo líder do PSDB na Câmara, deputado Aécio Neves (MG). A idéia do mínimo estadual foi imaginada durante negociações entre o presidente da República e lideranças partidárias e busca contornar a impossibilidade de a Previdência Social pagar aos 12 milhões de aposentados um piso superior a R\$ 151.

A MP do salário mínimo, reeditada pelo presidente da República no último dia 22, trouxe algumas alterações, comparando-se com a primeira versão. Ela convalida os efeitos de quatro outras medidas provisórias que elevaram o salário mínimo e os benefícios previdenciários nos anos de 96, 97, 98 e 99, as quais não foram votadas pelo Congresso e vinham sendo reeditadas todo mês. Nesse período, o mínimo subiu de R\$ 112 para R\$ 136 e, agora, para R\$ 151.



Lideranças dos partidos governistas acreditam que poderá haver votação na quarta-feira

CE discute equiparação do peão de rodeio aos atletas profissionais

A Comissão de Educação (CE) aprecia amanhã, a partir das 11h30, projeto que equipara a atividade de peão de rodeio à de atleta profissional. De autoria do deputado Jair Meneguelli, a matéria já foi aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais. Na CE, o projeto recebeu parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP).

De acordo com o senador Gilvam Borges (PMDB-AP), que relatou a matéria na CAS, a equiparação irá regulamentar uma ati-

vidade hoje exercida por 12 mil pessoas no país. Só em Barretos (SP), conforme seus números, mais de um milhão de pessoas assistem anualmente às competições de rodeio.

Requerimento da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) para que se realize uma audiência pública com o objetivo de discutir a autonomia universitária também será discutido pela comissão. O pedido da senadora esclarece que, para a realização da audiência, que de-

verá ser em Vitória (ES), o Senado não terá ônus.

A comissão deve ainda autorizar outorgas e renovar concessões de radiodifusão para a Rádio Difusora Apucarana (PR); Fundação Cultural Nossa Senhora de Lourdes de Maringá (PR); Diário Rádio e Televisão (SP); Rádio Tropical de Ribeirão Preto (SP); Rádio Clube de Birigüi (SP); Rádio Itaporanga (SP); Fundação Sara Nossa Terra (GO), e Rádio Difusora Cristal (CE).



Compra de medicamentos: proposta de ressarcimento pelo SUS, se aprovada, seguirá diretamente para análise da Câmara dos Deputados

Projeto obriga SUS a pagar remédios de uso contínuo

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve votar em sua reunião de quarta-feira, projeto de autoria do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a ressarcir os usuários por despesas com remédios de uso contínuo não encontrados nas farmácias da rede conveniada e adquiridos fora do sistema. Relatado favoravelmente pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF), o projeto será

De acordo com a justificativa apresentada pelo senador do PTB, a legislação relativa à Política Nacional de Medicamentos procurar garantir, por meio da administração descentralizada, a eficácia na distribuição dos produtos, seja por meio da rede pública, seja por meio da rede privada. O que o projeto de lei em exame na CAS tenta assegurar é a maior eficiência dos gestores do SUS, a fim de que os usuários não paguem pela incompetência ou falta de cuidado por parte das autoridades:

– Esperamos estar contribuindo para a implementação do princípio da integralidade e do direito à saúde de nossa população carente e para o aprimoramento da Política Nacional de Saúde – diz Porto.

Entre as matérias a serem examinadas pela CAS na mesma reu-

nião estão projetos de lei de autoria do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) e do ex-senador Blairo Maggi (MS) que tratam da produção, embalagem e transporte de agrotóxicos. O relator dos projetos, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) propõe em seu relatório que o projeto de Maggi seja rejeitado e o de Álvaro aprovado na forma de substitutivo.

Segundo Antero, os dois projetos apresentam "valiosas contribuições" à Lei 7.802, que disciplina a matéria, mas o do senador Álvaro Dias é mais abrangente. O senador paranaense propõe, por exemplo, que a responsabilidade pela destruição de embalagens de agrotóxicos seja transferida dos usuários para os fabricantes ou importadores.

Estão ainda na pauta da CAS substitutivo ao projeto de lei de autoria do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que obriga o SUS a prestar atendimento integral na prevenção e tratamento da obesidade; projeto de lei da Câmara dispondo sobre a produção de cloro; projeto da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) que disciplina o corte de vegetação no caso da instalação de criatórios de peixes e outros tipos de pescado; e projeto apresentado pelo senador Luiz Estevão tratando da regulamentação da profissão de radialista.



Porto: projeto contribui para ampliar o direito à saúde de nossa população

ONGs pedem debate maior sobre o Código Florestal

Secretário-geral do Fundo Mundial para a Natureza fala à TV Senado que agricultura não pode pegar carona na questão ambiental

A votação das alterações do Código Florestal não deve acontecer sem um debate aprofundado no Congresso, porque as decisões afetam não só a economia agrícola, mas também o futuro de bens preciosos, como a água e a biodiversidade, e até a própria normalização do clima nas áreas urbanas, com repercussões muito sérias para a qualidade de vida que será legada às próximas gerações.

Com este apelo, o secretário-geral do Fundo Mundial para a Natureza (WWF Brasil), Garo Batmanian, encerrou entrevista concedida à TV Senado, juntamente com o assessor do Instituto Socioambiental (ISA), André Lima:

– Vamos tratar bem da agricultura, como ela merece ser tratada, mas em lugar próprio, e não pegando carona na questão florestal brasileira – reclamou Batmanian.

O representante do WWF referia-se ao parecer oferecido pelo deputado Moacir Micheletto à MP em tramitação no Congresso. O ambientalista afirma que a aprovação desse texto resultaria em reformar o Código Florestal, ignorando a proposta elaborada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), sob o patrocínio do próprio governo, e que custou três meses de discussões:

– Se o consenso ainda não é possível, vamos discutir mais, vamos negociar, pois não podemos ter uma lei que represente a vontade de apenas um setor da sociedade – afirmou.

CONSERVAR E PROTEGER

O WWF é uma organização não-governamental autônoma que faz parte da maior rede mundial de conservação da natureza.

Sua chegada ao Brasil aconteceu em 1971, quando o Projeto Mico-Leão-Dourado começou a receber apoio da instituição.

O WWF-Brasil tornou-se uma organização nacional autônoma em agosto de 1996, quando tomou posse o seu primeiro Conselho Diretor, formado por ambientalistas, representantes do empresariado e de outros setores da sociedade brasileira.



O relatório do deputado, segundo os representantes das duas entidades, respaldaria a posição da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que participou do processo de discussão mas não aceitou a decisão tomada pelo Conama. Para os ambientalistas, a bancada ruralista quer aproveitar o rito de tramitação especial da MP para tentar conseguir uma apreciação rápida do assunto no Congresso, mas isto impediria o debate necessário. Já o anteprojeto do Conama iniciou tramitação normal no Senado, por iniciativa do senador Pedro Simon (PMDB-RS).

André Lima apresentou dados contra a diminuição dos percentuais de áreas de proteção ambiental, pretendida no parecer de Micheletto. Segundo estas informações, o cerrado e a Mata Atlântica

estão entre os cinco ecossistemas mais ameaçados de todo o mundo, sendo que no cerrado estão as nascentes de nossas maiores bacias hidrográficas, enquanto a Mata Atlântica é responsável pelo fornecimento de água para 70% da população. A região amazônica, além das reservas estratégicas de biodiversidade, importantes para a soberania e para a economia, precisa manter pelo menos 50% do nível atual de florestas para garantir o regime de chuvas, ou haverá modificações imprevisíveis no clima.

Batmanian e Lima refutaram a tese de que as medidas de proteção ambiental excluem o aproveitamento econômico, lembrando que, com autorização do Ibama, pode-se explorar o ecoturismo e retirar madeira das áreas protegidas. A tese de que as reservas impedem a solução do problema da fome no Brasil também foi rebatida pelos ambientalistas, que salientaram diversos fatos.

Na Amazônia, lembraram, as terras não se prestam à agricultura tradicional, nem à pecuária, e a extração de madeira é a atividade mais rentável, que pode ser feita através de manejo protecionista, mas com lucro; espécies como o cupuaçu, o dendê e o mamão podem ser utilizadas no reflorestamento, com bom resultado financeiro; o Brasil já produz o suficiente para alimentar bem sua população, o problema é de distribuição da renda.

Conselho de Ética ouve servidor do DPF amanhã

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado realiza reunião amanhã, a partir das 9h, para tomar o depoimento do servidor do Departamento de Polícia Federal, José Marcion da Silva.

Ele vem prestar informações consideradas necessárias para instruir a representação contra o senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

Presidido pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), o conselho designou o senador Jefferson Péres (PDT-AM) para relatar a matéria.



Jefferson Péres é o relator da representação movida contra o senador Luiz Estevão

Álvaro quer plebiscito para privatizações de energia

As empresas de energia elétrica e saneamento só poderão ser privatizadas depois de aprovação em plebiscito. A proposta é do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), e foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Caso seja aprovado na CCJ, o projeto de lei segue direto à Câmara dos Deputados, a não ser que 10% dos senadores, por meio de requerimento, queiram submetê-lo ao Plenário.

Segundo Álvaro Dias, os setores de energia e saneamento são muito importantes para ficar submetidos a agentes econômicos “que visam, acima de tudo, ao lucro econômico momentâneo”. O senador explicou que o Estado brasileiro fez pesados investimentos em energia e sane-

amento, setores estratégicos, o que formou, inclusive, boa parte da nossa dívida externa:

– A privatização implicará, portanto, transferir para as mãos de empresários privados brasileiros ou estrangeiros grande poder de decisão

sobre dois setores que são de fundamental importância. O povo precisa conhecer, decidir e aprovar as medidas tomadas pelo governo nestes setores – disse Álvaro Dias.

Em sua justificativa, o senador explica que o projeto complementa a legislação sobre o Programa Nacional de Desestatização (PND) e busca evitar que setores estratégicos sejam privatizados, “à revelia da vontade do povo”.



Álvaro: o povo precisa saber para decidir e aprovar

Embarque na
informação direta,
sem escalas

O Jornal do Senado viaja a bordo de todos os vôos que saem de Brasília, encurtando a distância entre a versão e os fatos. Diariamente oferece ao cidadão uma visão ampla e precisa do que acontece no Senado Federal. Sem intermediários. Com a notícia imparcial, direta da origem. E a garantia de que a informação não se perdeu no espaço.

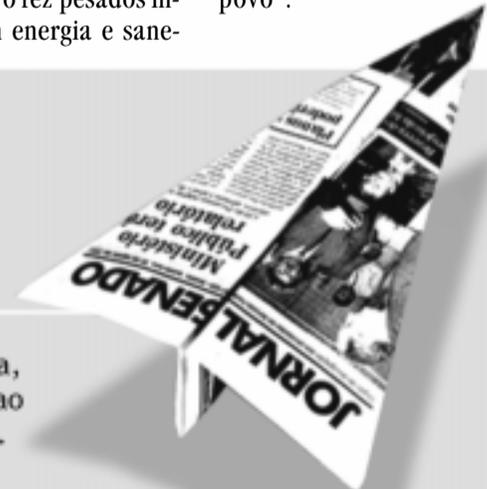
Sua opinião vira notícia. Escreva para o Jornal do Senado - jornal@senado.gov.br

Embarque nos conhecimentos com segurança. Leia o **Jornal do Senado**.

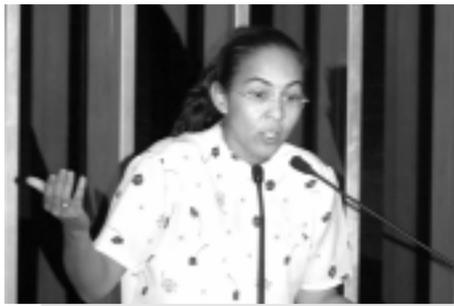
Agradecimentos às empresas LÍDER TÁXI AÉREO, NORDESTE, RIO-SUL, TAM, TRANSBRASIL, VARIG e VASP



JORNAL DO SENADO



Subsecretaria de Projetos Especiais - CSM



Heloísa Helena lamentou a "insensibilidade" do governo em relação aos portadores de deficiência

Heloísa quer mudar MP que facilita compra de carro por deficientes

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) fez um apelo ao Congresso para que interceda junto ao governo por mudanças na Medida Provisória 1.939, que trata da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de veículos por deficientes físicos. Heloísa classificou como "insensibilidade e inoperância" do governo a decisão de só conceder a isenção na aquisição de carros a álcool.

Heloísa argumenta que, da forma como está, a MP será inócua,

uma vez que não existe carro a álcool com câmbio automático, como seria adequado para os deficientes físicos.

— Já pedi para que fosse feita a correção, mas, apesar de a MP ter sido reeditada várias vezes, eles não mudam. Como podem continuar a editar essa medida provisória dessa maneira?

Heloísa Helena disse que tem recebido uma grande quantidade de mensagens de deficientes queixando-se da MP.



Romero Jucá recomenda o prosseguimento dos estudos sobre Angra 3

Jucá propõe que Senado estude retomada do programa nuclear

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) defendeu o prosseguimento pelo Senado Federal dos estudos relacionados com a construção da usina nuclear Angra 3.

O senador de Roraima recebeu documento da Eletrobrás Termonuclear S.A., em resposta a requerimento de informação, no qual a empresa se manifesta em favor da manutenção do projeto nuclear brasileiro.

A empresa, explicou Romero Jucá, é a responsável pela construção e operação das usinas nucleares no Brasil. — Considero ser altamente recomendável a continuidade e o aprofundamento dos estudos sobre a matéria, iniciativa essa que pode ser muito bem conduzida pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura — propôs o senador por Roraima.

CAUTELA

Jucá observou ainda que,

segundo informou a direção da Eletrobrás Termonuclear, a energia nuclear responde hoje por 16% do total da geração energética no mundo. Esse percentual é superior àqueles que representam a geração energética gerada por utilização de gás (15%) e por óleo (10%).

A empresa também esclareceu que a geração com uso de carvão corresponde a 40% do total mundial, enquanto as usinas hidrelétricas respondem pelos 19% restantes. O programa nuclear brasileiro, na opinião do senador Romero Jucá, deve, no entanto, ser tratado com certa cautela.

— Mesmo quando economicamente justificável, a geração nuclear de energia traz embutido um temor, pelo extremo potencial de geração de uma tragédia de graves proporções, no caso de qualquer incidente em seu funcionamento — ponderou ele.



A Embrapa, disse Iris, desenvolveu milhares de tecnologias que permitiram aumentos das safras agrícolas

Iris destaca contribuição da Embrapa à agricultura

Em 27 anos, a empresa ajudou o Brasil a elevar sua produção e a desenvolver tecnologias que trazem R\$ 80 milhões de retorno anuais

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) foi à tribuna na última sexta-feira homenagear os 27 anos da Embrapa. Ele afirmou que, ao longo de sua história, a instituição vem "executando a pesquisa em sua dimensão mais elevada"

Ele afirmou que a entidade, fundada em 1973, modernizou a agropecuária e a agroindústria brasileira, aumentando a oferta de alimentos dentro de uma política rigorosa de respeito ao meio ambiente.

De acordo com o parlamentar, a Embrapa desenvolveu milhares de tecnologias, o que vem possibilitando os consideráveis aumentos das safras agrícolas no país.

— A eficiência produtiva do setor tem atingido níveis extraordinários. Os custos de produção vêm diminuindo. O Brasil reduziu sua dependência externa quanto a tecnologias, insumos e materiais genéticos — assinalou Iris.

PESQUISAS

O senador informou que a Embrapa mantém 37 centros de pesquisa, distribuídos em quase todos os estados. Ele destacou que a empresa, para se tornar uma das maiores instituições de pesquisa tropical do mundo, investiu muito em recursos humanos. Entre seus 8 mil empregados, 2 mil são pesquisadores, dos quais 50% possu-



Iris: país não teria conseguido produzir 82 milhões de toneladas de grãos em 1999 sem a Embrapa

em diploma de mestrado e 43% têm diploma de doutorado.

Com a colaboração da Embrapa, a produção agrícola brasileira saltou de 38 milhões de toneladas, em 1975, para mais de 82 milhões de toneladas, ano passado, disse Iris. Ele acrescentou que a empresa responde hoje por metade das sementes básicas comercializadas no país.

Segundo o senador, as descobertas da Embrapa possibilitaram que os 200 milhões de hectares de cerrado brasileiro, "antes considerados uma área inservível para a agricultura", passassem a ter "uma produtividade extraordinária". Ele citou ainda, como resultado da

ação da empresa, a disseminação do plantio da soja, o desenvolvimento do primeiro milho duplo híbrido brasileiro tolerante a solos ácidos, além de avanços na avicultura, na biotecnologia e na produção de borracha.

RETORNO

O retorno financeiro proporcionado pelas tecnologias desenvolvidas pela Embrapa, continuou Iris, é estimado em mais de R\$ 80 milhões anuais. A oferta de emprego no campo cresceu até 14%, acompanhada por uma redução de 10% no custo de insumos e de um aumento de 76% na produtividade.

Ao final, Iris homenageou o senador e ex-presidente da República José Sarney (PMDB-AP), segundo ele, "o homem que deu todo o apoio à agricultura no Brasil".

Em aparte, Leomar Quintanilha (PPB-TO) afirmou que a agricultura brasileira não estaria conseguindo se recuperar das dificuldades que tem encontrado sem o apoio da Embrapa.

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), parabenizou Iris por seu posicionamento em Plenário na difícil votação do dia anterior, ao colocar o interesse do estado que representa acima das divergências políticas, na votação da renegociação da dívida pública de Goiás.

Amir Lando critica o governo por recorrer à polícia para enfrentar impasses



Lando diz que ocupações resultam da ineficácia da reforma agrária

Apesar de ser contrário às invasões de terras, o senador Amir Lando (PMDB-RO) observou que elas acabam tornando-se o único instrumento diante da ineficiência do processo de reforma agrária do governo. Ele fez a afirmação ao avaliar os recentes episódios envolvendo a polícia e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que foram tema de debates na sessão plenária de sexta-feira.

Amir Lando disse que o momento merece uma profunda reflexão, pois por um lado existe o MST com fome de terra e, do outro, uma reforma agrária que não está sendo executada a contento pelo governo.

Ao perguntar qual seria a solução para esse impasse, Lando explicou que existem duas grandes dificuldades em torno da questão. Uma, na sua avaliação, é o excesso de leis que o governo edita sobre o assunto e a outra é o descumprimento dessa mesma legislação.

— Há uma proliferação de leis e a lei geral, que é a mais importante, não é respeitada. O pior é que todos fazem vista grossa para esse descumprimento até que algum episódio mais violento ocorra — afirmou.

Para Amir Lando, o fato de o

país ter dimensões continentais complica ainda mais a situação, pois não há justificativa para a não conclusão da reforma agrária. Ele citou o grande número de terras devolutas e de reservas ecológicas e ambientais que também poderiam ser utilizadas para esse fim.

O senador apontou ainda a inépcia do Incra na prevenção dos conflitos agrários e criticou o governo por recorrer à polícia para enfrentar impasses como o que ocorreu na semana passada. “O Incra deveria agir com mais eficiência — essa é a sua função”, observou o senador, ao afirmar que o maior motivo das invasões reside na não efetivação dos processos de desapropriação.

Os sem-terra, disse Lando, ficam sabendo dos decretos de desapropriação e invadem as terras na expectativa dos assentamentos. O Incra não ajuíza as ações de desapropriação e os assentamentos acabam não ocorrendo porque os decretos perdem a validade. O senador, que recebeu aparte favorável da senadora Heloísa Helena (PT-AL), citou uma série de casos que vêm ocorrendo em seu estado, Rondônia, destacando desapropriações que já estão decretadas há mais de seis anos e nunca foram efetivadas.

Nabor quer mais clareza na escolha de dirigentes do Incra

Senador afirma que agravamento das tensões no campo exigirá diálogo e conciliação, habilidades que, segundo ele, tecnocratas não têm

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) criticou, em discurso no Plenário na sexta-feira, o novo sistema de escolha de superintendentes regionais do Instituto Nacional da Reforma Agrária (Incra), que, segundo ele, não tem a clareza necessária. Nabor disse que o problema fundiário no país chegou a um tal ponto de gravidade que as decisões oficiais têm que ser tomadas com “equilíbrio, paciência, diálogo e espírito conciliador”.

O senador criticou portaria do ministério que demitiu todos os superintendentes regionais e implantou uma “mirabolante operação, similar a um concurso público, centrado no público interno”, para a escolha dos sucessores. O governo, segundo Nabor, alegou que o objetivo era evitar pressões políticas no preenchimento dos cargos.

— Sempre que ouço e leio declarações no sentido de discriminar a participação dos represen-



Nabor considera um erro deixar por conta dos tecnocratas a resolução de impasses

tantes do povo na gestão da administração pública, vem-me um profundo sentimento de desconfiança e de preocupação. Será que existe algum critério mais claro e transparente do que negociações democráticas, envolvendo o governo e os que lhe dão sustentação e apoio nos diversos níveis políticos? — questionou.

Na opinião do senador, o cuidado na condução da reforma agrária tem que ser grande, uma vez que o agravamento das tensões no campo exigirá doses progressivas de diálogo e espírito conciliador. Para Nabor Júnior, é um erro deixar por conta de tecnocratas o trabalho de resolver impasses.

Sérgio Machado defende política de FHC de repressão às invasões

O líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE), defendeu as medidas de repressão às invasões de prédios públicos, anunciadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Para ele, nenhuma democracia pode aceitar invasão de patrimônio público, que, por definição, não pertence ao governo, mas a toda a população.

Machado lembrou que o regime democrático se baseia na liberdade para todos, ou seja, a liberdade de ação de algumas pessoas não pode trazer constrangimento para a coletividade, “e é isso que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra vem fazendo ao invadir prédios públicos e fazendas. As reivindicações do MST são justas mas precisam ser feitas dentro da lei e do respeito às autoridades constituídas”, disse.

Segundo Sérgio Machado, o governo está comprometido com o Programa de Reforma Agrária, mas ele considera inútil “passar de uma situação de latifúndio improdutivo para uma de minifúndio improdutivo”. O senador explicou que, muitas vezes, o trabalhador recebe



Machado: liberdade de alguns não pode levar constrangimentos à coletividade

um pedaço de terra, mas não consegue viver dela. “Então, ele vende a terra e volta a engrossar o Movimento dos Sem Terra, para obter nova propriedade.” Para o senador, esse sistema não serve ao país. “A terra precisa gerar riqueza e dar sustento a quem a trabalha”, observou.

O líder do PSDB disse que o Brasil precisa superar a visão patrimonial que serve de base ao sistema de propriedade rural no país até hoje. “O importante não é ter a terra, mas usar a terra, da mesma forma que o relevante não é possuir a

água, mas ter o direito de usá-la, na medida de suas necessidades”, explicou Sérgio Machado.

Ele conclamou a senadora Heloísa Helena (PT-AL), que havia criticado as medidas adotadas pelo presidente Fernando Henrique em discurso anterior, a trabalhar em conjunto com as demais forças políticas do Congresso por uma reforma agrária ampla e responsável, que obtenha resultados concretos a curto e longo prazos. “Pensamos diferente, mas podemos trabalhar juntos”, concluiu o líder do PSDB.



Heloísa lembrou que estudo realizado pela Comissão de Assuntos Sociais mostrou que governo quase sempre faz a reforma agrária em terras onde já ocorreram ocupações



Heloísa: para acabar com MST, basta fazer a reforma agrária

“Se o governo quer acabar com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, é só fazer a reforma agrária”, disse na sexta-feira a líder do Bloco Oposição, senadora Heloísa Helena (PT-AL), citando o coordenador do MST, João Pedro Stédile. Para a senadora, a frase “serve como uma luva” para responder às críticas feitas aos sem-terra pelo líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que a antecedeu na tribuna.

Heloísa esclareceu que havia se inscrito para falar sobre a reedição da MP 1.939, que trata de isenção fiscal na compra de carros por deficientes, mas, “impressionada com a agressividade” das palavras de Arruda, José Fogaça (PMDB-RS) e Romero Jucá (PSDB-RR) que condenaram as recentes ocupações realizadas pelo MST, decidiu fazer alguns esclarecimentos:

– Através de um trabalho realizado pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado sobre o problema fundiário no Brasil, verificou-se que o governo só fazia a reforma agrária nos lugares onde já havia ocorrido ocupações – disse ela, observando que a dinâmica adotada pelo governo para tratar da divisão da terra está atrelada às ocupações.

Heloísa discordou dos representantes do governo e dos senadores que criticaram as ocupações sob a ótica do desrespeito ao estado de direito. Ela entende que o agravamento

dos desequilíbrios sociais, tanto no campo quanto nas cidades, resulta da incompetência e da insensibilidade oficiais.

A senadora questionou a coerência de algumas autoridades brasileiras, chamando a atenção para a diferença entre o que dizem e o que fazem ou fizeram ao longo de suas vidas:

– Com que autoridade esse governo, que agride a Constituição tão freqüentemente, como o fez e continua a fazê-lo com o programa de privatizações, para não falarmos nos episódios como o da compra de votos para a aprovação da reeleição e tantos outros, vem dizer que os integrantes do MST é que são os artífices desse estado de coisas? – indagou.

Em aparte, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) chamou a atenção da senadora para a existência de aproximadamente cinco milhões de pequenos proprietários rurais que também se encontram em graves dificuldades. Esses agricultores estão perdendo suas terras por não terem como pagar seus empréstimos, e cerca de três milhões de pequenas propriedades estão à venda, disse Melo, que também condenou as ocupações do MST.

Heloísa acusou o governo de tratar com irresponsabilidade os pequenos agricultores. Prova disso, segundo ela, é que, na hora de perdoar as dívidas dos produtores rurais junto ao Banco do Brasil, só foram beneficiados aqueles que deviam mais de R\$ 200 mil.

Para Arruda, os sem-terra atentam contra democracia

Líder do governo protesta contra invasões e recomenda que MST trabalhe para melhorar programas de reforma agrária já implantados

O líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), protestou contra as recentes ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que qualificou como “atentatórias à democracia e ao estado de direito”. Para ele, essas ações não contam com o apoio da sociedade e abrem precedentes perigosos para as instituições democráticas:

– O MST deveria trabalhar para melhorar os programas de reforma agrária já implantados pelo governo e não contra a estrutura que lhe garantiu a própria existência, que é a democracia. Aquele que deseja exercer a liberdade por meio da radicalização de suas ações deve parar e fazer uma reflexão – recomendou o senador.

Ele listou os programas de reforma agrária já implementados pelo governo, destacando o fato de que apenas nos últimos cinco anos foram assentadas mais de 400 mil famílias em cerca de 22 milhões de hectares de terra. Isso corresponde à área da Bélgica, Áustria, Holanda e Portugal juntos, informou.

O senador também criticou o artigo do jornalista Carlos Chagas, publicado esta semana, em que o autor pede a renúncia do

presidente Fernando Henrique Cardoso em função dos recentes acontecimentos do cenário político nacional, inclusive os episódios relacionados com a questão agrária:

– Quem prega esse tipo de atitude conspira contra a democracia e a liberdade e eu protesto veementemente contra qualquer tentativa de golpe neste sentido – afirmou Arruda. Ele recebeu apoio, em aparte, dos senadores José Fogaça (PMDB-RS) e de Romero Jucá (PSDB-RR), que também consideraram um equívoco as colocações fei-

tas pelo jornalista.

Jucá observou que o governo vem atuando para fortalecer o processo de reforma agrária. “Tanto é assim que nós aprovamos, recentemente, reforços nas dotações orçamentárias para esse fim. Existem trincheiras que devem ser encampadas para melhorar esse processo e o MST terá que optar entre ajudar a melhorar os programas ou partir para o caminho das guerrilhas e da violência, que já está provado não ser eficiente.”

José Roberto Arruda ainda recebeu aparte favorável do senador Geraldo Melo (PSDB-RN), que criticou a atuação do MST e disse que não aceita o argumento dos ativistas do movimento que descumprem a lei porque outros assim o fazem.



Arruda criticou artigo do jornalista Carlos Chagas pedindo a renúncia de FHC: “Quem prega este tipo de atitude conspira contra a democracia”

Líder destaca safra recorde de grãos

Em outro pronunciamento em Plenário, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) destacou o recorde de 86 milhões de toneladas da safra de grãos do país, conforme anúncio feito no final do mês de abril pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro da Agricultura, Pratini de Moraes. Esse resultado, informou Arruda, representa um aumento de 4% em relação ao ano passado. Os dados relativos à safra mostram, ainda, que os produtores tiveram um crescimento de 6,5% em suas rendas: – É a demonstração de que a agropecuária e a agricultura estão superando seus

próprios obstáculos – assegurou o senador.

Arruda apontou o mesmo caminho para a questão da reforma agrária, lembrando que nenhum outro governo assentou tantas famílias de sem-terra quanto o governo Fernando Henrique.

A senadora Thelma Siqueira Campos (PPB-TO) concordou com o senador, em aparte, e informou que no seu estado o processo de reforma agrária está sendo bem-sucedido.

“O avanço do Tocantins já está sendo reconhecido em nível nacional e internacional, como mostra matéria publicada em recente edição da revista *Newsweek*”, contou Thelma.

A VOZ do CIDADÃO
VOCÊ LIGADO NO SENADO FEDERAL

0800 612211
www.senado.gov.br
e-mail: cidadao@senado.gov.br

Álvaro critica MP que institui juros compostos

Senador condena medida provisória que legaliza o mecanismo que, segundo ele, já vem preocupando os setores produtivos em todo o país, e anuncia a apresentação de emenda com objetivo de alterar a exigência

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) criticou a decisão do presidente Fernando Henrique Cardoso de legalizar a cobrança de juros compostos – juros sobre juros – em empréstimos de prazo inferior a um ano. Esse tipo de cobrança, segundo o senador, ficou permitida com a edição da Medida Provisória Nº 1963, que trata da administração de recursos do Tesouro Nacional, e já vem preocupando setores produtivos de todo o país.

Álvaro Dias já apresentou emenda à medida provisória – de acordo com a emenda, fica proibida a capitalização de ju-

ros, ou cobrança de juros sobre juros, em todos os contratos, inclusive naqueles em que tomam parte as instituições financeiras. A proibição não inclui a acumulação de juros vencidos aos saldos líquidos em conta corrente de ano a ano.

LINEAR

Segundo Álvaro Dias, os juros compostos não devem ser permitidos no mundo jurídico. O motivo, segundo observou, é que nesse caso a capitalização é exagerada, ou seja, a cada mês os juros pagos incidem sobre o capital inicial emprestado, acrescido de mais juros referentes aos meses anterior-

res. A cobrança dos juros simples, esclareceu, é feita de forma linear.

Álvaro Dias informou que a Associação Comercial do Paraná já protestou contra a cobrança dos juros compostos, por entender que “institucionaliza a agiotagem” e coloca em risco todo o setor produtivo e os consumidores que venham a pedir empréstimo num prazo inferior a um ano.



Álvaro entende que os juros compostos não podem ser permitidos no mundo jurídico porque causam uma capitalização exagerada



Amir Lando afirma que dívida já compromete a soberania do país, leva instituições públicas à falência e destrói as bases da nação

Brasil paga em juros e amortizações o total do que exporta, alerta Amir

O senador Amir Lando (PMDB-RO) advertiu na sexta-feira que a dívida total do Brasil, que ele calcula em R\$ 0,5 trilhão, está sufocando o país e que os juros e amortizações a serem pagos no exterior irão atingir valor equivalente ao total das exportações. Para o senador, a dívida já comprometeu de forma irremediável a soberania do país, levou quase à falência as instituições públicas e vem destruindo aos poucos as bases da nação.

Amir Lando criticou também o programa de privatizações que, segundo ele, destruiu um

patrimônio construído ao longo de décadas e que levou o Brasil a crescer anualmente a médias superiores à mundial. O senador defendeu a necessidade de se fortalecer o Estado brasileiro e as instituições públicas. Só assim, segundo ele, será possível um novo projeto de país, voltado para o interesse de sua própria população e para a construção de uma sociedade mais justa.

Amir Lando deu exemplos concretos do que considera falência do Estado: a volta de doenças que já tinham sido erradicadas, como a febre ama-

rela, a dengue e a tuberculose; a perda de competitividade da indústria brasileira, o desemprego em massa e a crescente violência urbana.

O senador protestou também contra a intenção do governo federal de privatizar, “inteiramente de graça”, as rodovias Fernão Dias (São Paulo-Belo Horizonte) e Régis Bittencourt (São Paulo-Florianópolis). As duas estradas receberam investimentos US\$ 2 bilhões para alargamento e recuperação. “Os investidores privados, portanto, vão receber inteiramente de graça o equivalente a uma Vale do Rio Doce”, disse.



Na tela, toda a emoção da nossa História.

Maio

De Bruno Barreto 10/05



O QUE É ISSO, COMPANHEIRO?

De Geraldo Moraes 17/05



No Coração Dos Deuses

De Geraldo Moraes 24/05



CORISCO & DADÁ

De Renato Barbieri 31/05



Atlântico Negro Na Rota dos Orixás

SENADO FEDERAL - Auditório Petrônio Portella Quarta-feira- 12h

Apoio:
COLUMBIA TRI STAR BRUNA
VISTA FILMES DO BRASIL



Realização:
WORLD FILMS



Moreira Mendes fala sobre dívida do Banco de Rondônia

Em entrevista que a TV Senado exibe hoje às 7h30, 12h30 e 20h30, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) faz uma análise do processo de endividamento do Banco do Estado de Rondônia.

Conforme os dados apresentados pelo senador, a dívida do banco, subiu de R\$ 30 milhões para cerca de R\$ 700 milhões, durante o período em que a instituição esteve sob o regime especial de administração do Banco Central.

O crescimento da dívida deve-se à incidência de juros. Moreira Mendes não vê condições de pagamento deste montante.

Freire quer mais médicos atuando no interior do país

O senador Roberto Freire (PPS-PE) defendeu, em entrevista à TV Senado que vai ao ar hoje às 9h30, projeto de sua autoria que cria o estágio obrigatório remunerado como condição para que o estudante de medicina possa receber diploma de médico.

O aluno seria obrigado a atender aos municípios do interior em substituição ao serviço militar obrigatório, na forma de estágio remunerado. Freire critica o modelo de saúde vigente que, em sua opinião, é marcado por privilégios e regido pela lei de mercado: “É necessário pensar na socialização da medicina e da saúde pública no país”.

Jucá diz que nova lei fiscal porá fim à “gastança irresponsável”

“A partir dela, poderemos conter abusos, coibir e punir quem confunde dinheiro público com particular”, afirma senador

A sanção da Lei de Responsabilidade Fiscal pelo presidente Fernando Henrique Cardoso foi elogiada pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), em discurso feito no Plenário na última sexta-feira. Ele disse que a lei foi fruto de “cuidadoso exame do Congresso Nacional” e trará “mudanças profundas no trato das finanças públicas”.

— Essa lei é um marco na história do país. A partir dela teremos um tratamento melhor dos gastos públicos, poderemos conter abusos, coibir e punir quem confunde dinheiro público com particular — disse o senador

A Lei de Responsabilidade Fiscal possibilitará, na avaliação de Romero Jucá, o fim dos gastos e endividamentos irresponsáveis do setor público. O senador acrescentou que ela reforça a democracia, porque pune o uso da máquina pública em períodos eleitorais.

Jucá elogiou a atuação do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, na implementação da proposta, e chamou a atenção para a importância de o Congresso votar agora as punições a serem aplicadas a quem desrespeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Projeto ins-

Romero Jucá destacou a importância de votar agora as punições que serão aplicadas contra os administradores que descumprirem a Lei de Responsabilidade Fiscal



tituindo as sanções tramita atualmente na Câmara dos Deputados.

Em aparte, o líder do PSDB, senador Sérgio Machado (CE), destacou o que representa para o país a sanção da nova lei, salientando que ela “dará sustentabilidade ao Estado”.

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) disse que o texto sancionado pelo presidente da República ainda precisa de ajustes, “para não penalizar exatamente os que não construíram a irresponsabilidade, mas podem ser vítimas de terceiros”.

REFORMA AGRÁRIA

No mesmo pronunciamento, Jucá destacou o anúncio pelo governo federal do pacote de me-

didias definindo novo tratamento para a reforma agrária. As medidas, qualificadas pelo senador como “leis de responsabilidade agrária”, prevêm o repasse aos estados dos recursos arrecadados por meio do Imposto Territorial Rural e explicitam os procedimentos para desapropriação de terras para fins de reforma agrária.

— Esse conjunto de medidas coloca em ordem um processo que, infelizmente, estava sendo tumultuado — resumiu Jucá.

Bessa manifesta preocupação com aumento do desemprego e das desigualdades sociais

Ao afirmar que a passagem do Dia do Trabalho serviu mais a protestos que a celebrações, o senador Djalma Bessa (PFL-BA) atribuiu o fenômeno aos efeitos da globalização sobre o trabalho e a renda de vários países. “As políticas de globalização privilegiam a competitividade, com graves consequências no âmbito social, enquanto tecnologias avançadas como a informática e robótica eliminam empregos”, disse o senador.

No Brasil, o fato de não terem sido registrados conflitos generalizados ou incidentes de grandes proporções não significaria, na opinião do senador, que os trabalhadores estão satisfeitos com seu padrão de vida ou com os rumos da política econômica. Para Bessa, houve aumento do desemprego e da concentração de renda,

Djalma Bessa atribuiu os protestos feitos durante o Dia do Trabalho aos efeitos perversos da globalização sobre o emprego e a renda



aprofundando as desigualdades entre países e dentro de cada um deles.

O senador está preocupado com as estatísticas nacionais de desemprego aberto, com o achatamento salarial e a situação de informalidade em que sobrevivem largas parcelas da população brasileira. Ele acha que esse quadro geral “é um desafio aos governantes, aos

empresários e aos trabalhadores para que se retome o crescimento econômico em bases sólidas”.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

1h — *Debate*: Senador Artur da Távola e Joatan Berbel, secretário do MIC, falam sobre o incentivo à música e às artes cênicas
1h55 — *Senado em Pauta*
2h — *Unip*: Projeto Genoma — 3ª parte
2h30 — *Jornal do Senado*
2h55 — *Senado em Pauta*
3h — *Cores do Brasil*: Turismo no Espírito Santo
3h30 — *Entrevista*: Senador Moreira Mendes fala sobre a liquidação do Banco de Rondônia
3h55 — *Senado em Pauta*
4h — *Jornal do Senado*
4h30 — *Unip*: Projeto Genoma — 3ª parte
4h55 — *Senado em Pauta*
5h — *TV Escola* — Uma TV cheia de histórias — Inhapim/MG
5h30 — *Cores do Brasil* — Interior da Amazônia
5h55 — *Senado em Pauta*
6h — *Unip*: Projeto Genoma — 3ª parte
6h30 — *Debate*: Senador Artur da Távola e Joatan Berbel, secretário do MIC, falam sobre o incentivo à música e às artes cênicas
7h30 — *Entrevista*: Senador Moreira Mendes fala

sobre a liquidação do Banco de Rondônia
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — Uma TV cheia de histórias — Inhapim/MG
9h — *Cores do Brasil*: Turismo em Santarém
9h30 — *Entrevista*: Senador Roberto Freire fala sobre a falta de médicos no interior do país
10h — Comissão Assuntos Econômicos (gravado)
12h — *Cores do Brasil*: Turismo em Sergipe
12h30 — *Entrevista*: Senador Moreira Mendes fala sobre a liquidação do Banco de Rondônia
13h — *Cores do Brasil*: Turismo em Manaus
13h30 — *Debate*: Senador Artur da Távola e Joatan Berbel, secretário do MIC, falam sobre o incentivo à música e às artes cênicas
14h30 — Sessão Plenária (viva)
18h30 — *Entrevista*: Senador Roberto Freire fala sobre a falta de médicos no interior do país
19h — *Cores do Brasil*: Turismo em São Luís
19h30 — *Debate*: Senador Artur da Távola e Joatan Berbel, secretário do MIC, falam sobre o incentivo à música e às artes cênicas
20h30 — *Entrevista*: Senador Moreira Mendes fala sobre a liquidação do Banco de Rondônia
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

PROGRAMAÇÃO SUJEITA A ALTERAÇÃO EM VIRTUDE DAS ATIVIDADES DO SENADO



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,1465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Marluce Pinto elogia a implantação do Sivam

Na opinião da senadora, o Sistema de Vigilância da Amazônia permitirá a exploração racional dos minérios, dos recursos hídricos e da biodiversidade da região, além de melhorar as condições de vida da população local

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) subiu à tribuna sexta-feira para comunicar a “boa notícia de outono”. Segundo informou, o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) está começando a sair do papel. Ela destacou que o programa trará “condições inéditas de controle e defesa do meio ambiente”. Lamentando que a implantação de um efetivo sistema de vigilância da região tenha demorado 490 anos para ser executado, a senadora afirmou que o Sivam possibilitará a execução de “um mapa aberto da Amazônia visceral”. Ela disse que, concluída a implantação, “será possível identificar, com um ínfimo percentual de erro, um pequeno objeto estranho no meio da floresta”.

Para a senadora, o programa irá possibilitar a exploração racional de minérios, de recursos hídricos e da biodiversidade da Amazônia, além de

“uma melhoria fantástica da condição humana na região, principalmente em relação à habitação, saúde, transporte e vigilância”. A parlamentar lembrou que a exuberância da Amazônia desperta uma natural cobiça em todo o mundo. Conforme ela, “estudos científicos sérios” atestam que o potencial mineral no solo amazônico faz de nossa dívida externa “uma piada”, pois chegaria a US\$ 3 trilhões.

Marluce Pinto relatou que o Sivam será implantado em três áreas. O Setor Sul terá sede em Porto Velho (RO), enquanto o Setor Central será sediado em Manaus (AM) e o Setor Nordeste, em Belém (PA). Segundo disse, ainda este ano deverão ser instalados os sistemas operacionais de Jacareatuba, no Amazonas, e Manicoré, no Pará. Até o final do ano, espera-se que entre em funcionamento o sistema de Porto Velho.

Em aparte, a senadora Thelma Siqueira Campos (PPB-TO) lembrou as críticas ao custo do Sivam. Na sua avaliação, “quando se dá à Amazônia seu valor real, qualquer projeto tem um valor pequeno”.

A senadora Marluce Pinto também elogiou o Projeto Calha Norte, iniciado em 1985. Ela afirmou que o projeto seria um grande avanço para a região. Mas, protestou, recursos ínfimos estão sendo destinados ao programa.



O potencial mineral do solo amazônico chegaria a US\$ 3 trilhões, de acordo com Marluce Pinto



O Sivam iniciará sua operação ainda este ano, informou a senadora Marluce Pinto

Quintanilha defende mais recursos do BNDES para regiões pobres

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) solicitou ao presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Francisco Gros, a reavaliação dos critérios para investimento e desenvolvimento regional adotados pela instituição. Durante discurso em Plenário, sexta-feira, Quintanilha disse que o banco deve dar prioridade aos investimentos nas regiões mais pobres, isoladas e fronteiriças. Ele citou, como exemplo, a atividade agropastoril no Tocantins, seu estado, que atualmente recebe poucos recursos da instituição.

Quintanilha esteve com Francisco Gros durante reunião com a bancada do PPB na última quarta-feira. O senador disse ao presidente do BNDES que o banco deveria adotar uma política mais voltada para o desenvolvimento das potencialidades das regiões mais carentes, “onde há fome e analfabetismo”, por meio de uma forte presença no social. Para o senador, as regiões Sul e Sudeste continuam sendo favorecidas pelos investimentos oficiais.

Leomar Quintanilha informou que também pediu ao presidente do

BNDES a abertura de mais linhas de crédito para os pequenos e microempresários do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. E explicou que, como o capital privado pouco tem investido nessas regiões, devido ao baixo retorno, “os recursos públicos devem fazer o caminho inverso do capital privado, investindo-se mais dinheiro do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) nas regiões mais pobres,

isoladas e fronteiriças, em vez de tomar o caminho das regiões mais desenvolvidas”.

O senador afirmou ter tido “a melhor impressão” do presidente do BNDES, para ele um homem “sensível e consciente” dos problemas nacionais. “Ele haverá de reavaliar os programas de fomento regionais da instituição, para transformá-la num instrumento eficaz de equilíbrio no desenvolvimento das regiões menos favorecidas.”



Segundo Quintanilha, o BNDES deve adotar políticas voltadas para o desenvolvimento das regiões carentes, “onde há fome e analfabetismo”

Conecte-se ao Senado em Tempo Real

Acompanhe as atividades do Senado, no momento em que estão acontecendo.

www.senado.gov.br